



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

CARLOS MALHEIROS FERREIRA

**ANARQUISTAS PELA PAZ: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
ANTIMILITARISTAS E CONTRA A GUERRA NO JORNAL “A VOZ DO
TRABALHADOR” (RIO DE JANEIRO, 1908-1915)**

JOÃO PESSOA-PB

2025

CARLOS MALHEIROS FERREIRA

**ANARQUISTAS PELA PAZ: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
ANTIMILITARISTAS E CONTRA A GUERRA NO JORNAL “A VOZ DO
TRABALHADOR” (RIO DE JANEIRO, 1908-1915)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Licenciatura em História como requisito
parcial para obtenção de título de Licenciado em
História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira.

JOÃO PESSOA-PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383a Ferreira, Carlos Malheiros.

Anarquistas pela paz: uma análise dos discursos antimilitaristas e contra a guerra no jornal "A voz do trabalhador" (Rio de Janeiro, 1908-1915) / Carlos Malheiros Ferreira. - João Pessoa, 2025.
36 f.

Orientador: Tiago Bernardon de Oliveira.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Periódico. 2. Antimilitarista. 3. Trabalhador. 4. Anarquismo. I. Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 81'322.5

**ANARQUISTAS PELA PAZ: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
ANTIMILITARISTAS E CONTRA A GUERRA NO JORNAL “A VOZ DO
TRABALHADOR” (RIO DE JANEIRO, 1908-1915)**

CARLOS MALHEIROS FERREIRA

TCC de Graduação em Licenciatura em História apresentado à UFPB em 29/04/2025.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
Orientador

Nota []

Profa. Ma. Paula Tamyres Veríssimo da Silva
(Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História – UFPB/CCHLA)
Avaliadora

Nota []

Prof. Dr. Eduardo Henrique de Lima Guimarães
(Departamento de História – UFPB/CCHLA)
Avaliador

Nota []

JOÃO PESSOA – PB

2025

RESUMO

Este artigo se dedica a demonstrar a importância da imprensa operária no contexto da Primeira República brasileira, levando em consideração, mais especificamente, o jornal *A Voz do Trabalhador* e sua influência na organização, instrução e transformação das relações sociais do proletariado brasileiro nesse período. Dito isto, o presente artigo realiza um breve balanço histórico da história do movimento anarquista no Brasil e sua influência nos sindicatos, destacando a sua estratégia de neutralidade dentro desses e o papel dos libertários anarquistas na construção de uma consciência revolucionária, que acontecia através dos discursos antimilitaristas no jornal *A Voz do Trabalhador*. Nesse sentido, os escritos contra a Primeira Guerra Mundial representavam muito mais do que simples artigos informativos, pois constituíam um esquema estratégico desenvolvido pelos anarquistas para fazer os trabalhadores enxergarem a realidade para além das aparências fomentadas pelo Estado e pela ideologia burguesa. É com base nesse quadro que o artigo se debruça a analisar como esses discursos antimilitaristas vão despertar no trabalhador uma consciência revolucionária para que ele consiga se organizar e lutar por melhores condições de vida diante desse contexto.

Palavras-chave: periódico, antimilitarista, trabalhador, anarquista.

ABSTRACT

This article is dedicated to demonstrating the importance of the labor press in the context of Brazil's First Republic, with particular emphasis on the newspaper *A Voz do Trabalhador* (The Worker's Voice) and its influence on the organization, education, and transformation of social relations within the Brazilian proletariat during this period. With this in mind, the present article provides a brief historical overview of the anarchist movement in Brazil and its influence on labor unions, highlighting its strategy of neutrality within these organizations and the role of anarchist libertarians in fostering revolutionary consciousness — a process that unfolded through antimilitarist discourse in *A Voz do Trabalhador*. In this sense, the writings against World War I represented much more than simple informative articles; they constituted a strategic framework developed by anarchists to help workers see beyond the biases of the idealized images propagated by states and bourgeois ideology. Against this backdrop, the article examines how these antimilitarist discourses awakened a revolutionary consciousness in workers, enabling them to organize and fight for better living conditions within this context.

Keywords: newspaper, antimilitarist, worker, anarchist

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
O MOVIMENTO ANARQUISTA E O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL	8
A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA E AS CONCEPÇÕES INTERNACIONALISTAS E ANTIMILITARISTAS DO MOVIMENTO ANARQUISTA BRASILEIRO	19
AS VISÕES E AÇÕES PROMOVIDAS ATRAVÉS DE <i>A VOZ DO TRABALHADOR</i> SOBRE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	25
APONTAMENTOS CONCLUSIVOS.....	34
FONTES UTILIZADAS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Levando em consideração o contexto da Primeira República brasileira e entendendo que “a expressão mais visível da cultura operária nesse período foi a imprensa operária” (Batalha, 2000, p. 63), percebe-se que esse tipo de imprensa cumpriu um importante papel nesse momento. Funcionando como um veículo de comunicação entre os trabalhadores, os jornais, folhetins e as moções que eram transcritas nos periódicos representavam um esforço de organização da classe operária, que buscava arregimentar forças e desenvolver um movimento de solidariedade entre os trabalhadores. E esse movimento era construído de diversas formas e em diversas ocasiões, era um projeto gigante, pois se manifestava nos comícios, protestos, passeatas e, sobretudo, nos escritos dos jornais que à essa altura procuravam conferir voz ao povo.

A conflagração da Grande Guerra, em 1914, surge, então, como uma onda que vai prejudicar a imprensa operária e os trabalhadores de diversas maneiras, seja por meio da censura que a burguesia dominante estabeleceu aos telegramas libertários da época, seja por meio da brutal violência e repressão direcionada aos operários. É nesse sentido que o jornal *A Voz do Trabalhador* cumpre um importante papel na organização da classe operária com o seu discurso antimilitarista e internacionalista, buscando, dessa forma, despertar no proletariado uma consciência de classe, de solidariedade e de emancipação.

Essa concepção antimilitarista pode ser entendida sob a ótica dos anarquistas que atuavam no jornal. Como observa Giglio (2020, p.72), os discursos contrários à guerra se fazem presentes no jornal *A Voz do Trabalhador* desde o seu primeiro número, visando realizar uma espécie de instrução no operário, de modo que ele desenvolvesse uma consciência de solidariedade que o fizesse se enxergar como parte do todo, em uma luta sem fronteiras.

Este artigo investiga, então, como os anarquistas propagaram as suas visões antimilitaristas no jornal *A Voz do Trabalhador*, em repúdio, mais especificamente, à Primeira Guerra Mundial que se instalava à época. Pretende-se, com isso, refletir sobre o que existia por trás desse discurso e das suas intenções, visto que as divulgações de notícias sobre a Grande Guerra no jornal, como observa Oliveira (2009, p. 213), representava muito mais do que uma simples ação informativa, pois existia, na verdade, uma intenção estratégica na propaganda anarquista que visava abrir os olhos do

proletariado a fim de que ele pudesse finalmente adquirir consciência de seu papel revolucionário.

É nesse sentido que o referido jornal cumpre o seu papel de importância ao ser um baluarte para os trabalhadores nesse contexto tão conturbado e difícil, um verdadeiro porta-voz e um guia que, com os seus discursos antimilitaristas, mostrava ser um instrumento de grande valor nessa luta contra o exército, o clero, o Estado burguês e suas guerras.

O artigo estrutura-se em três eixos principais. No primeiro tópico, é feito um breve balanço acerca da história do surgimento do anarquismo e logo em seguida a sua recepção no Brasil. Nesta parte, é discutido de que forma o anarquismo acaba se relacionando com o sindicalismo revolucionário e em que medida a CGT francesa influenciou nas resoluções da Confederação Operária Brasileira e nos sindicatos. No segundo tópico, são abordadas algumas questões que constituem a história da COB e as concepções internacionalistas e antimilitaristas dos anarquistas brasileiros, com a exposição de trechos retirados de jornais operários e da literatura operária. Por fim, o terceiro tópico pretende analisar alguns dos discursos antimilitaristas do jornal *A Voz do Trabalhador* sobre a Primeira Guerra. Nesta parte, são discutidas de que forma as campanhas contra a guerra ajudavam a transformar a consciência do proletário para que conseguisse se organizar em contextos difíceis como esse e, além disso, pretende-se também refletir sobre como esses discursos, funcionaram, na verdade, como uma estratégia de ação política e revolucionária.

O MOVIMENTO ANARQUISTA E O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

Refletindo sobre o fato de o anarquismo ter apresentado variadas definições ao longo do tempo, Felipe Corrêa (2011, p. 42) entende esse termo como “ (...) uma ideologia que nasce a partir do movimento operário de massas do século XIX, em um momento de desenvolvimento do capitalismo (...)” Em outra obra, o autor complementa a sua definição, pontuando que essa ideologia se fundamenta em alguns princípios, “ (...) cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da auto-gestão (..)” (CORRÊA, 2018, p. 21). A partir desses trechos selecionados de sua definição,

podemos perceber dois pontos muito importantes que foram destacados pelo autor e que caracterizam de maneira determinante o anarquismo: o primeiro ponto diz respeito ao fato do autor deixar claro que o anarquismo se trata de uma ideologia e o segundo é que o anarquismo não é considerado um fenômeno a-histórico, pois diferente de outros autores que já abordaram sobre o tema, Corrêa faz questão de fazer um recorte acerca do momento de nascimento dessa ideologia e isso é fundamental para compreendermos melhor a temática em seu contexto específico.

Tendo em vista as questões apresentadas acima, cabe pontuar que o presente artigo não tem como objetivo discutir aqui, de maneira ampla, as questões que envolvem a definição de anarquismo. Dessa forma, o que se pretende neste tópico é fazer um breve balanço histórico acerca da recepção do anarquismo no Brasil e a sua relação com o sindicalismo revolucionário. Para isso, tratarei de realizar uma contextualização acerca desse processo de chegada de imigrantes que iniciaram o movimento anarquista em terras brasileiras.

Retomando o fio da meada do primeiro parágrafo, podemos entender que o anarquismo é uma ideologia e se desenvolveu em um contexto histórico particular e, portanto, não é a-histórico. Nesse sentido, o contexto de seu surgimento é o século XIX, período de intensas transformações que moldaram o mundo como conhecemos hoje. Exemplos disso são as revoluções industriais, os avanços tecnológicos que encurtaram distâncias e a consolidação do capitalismo que possibilitou um aumento da produção mundial como nunca antes visto. Junto a isso, é certo afirmar que a expansão do imperialismo implicou no fortalecimento de nações e em uma busca incessante por novos mercados e fontes de matéria-prima. Contudo, também é imprescindível lembrar que todo esse desenvolvimento aconteceu consonante a uma exploração brutal dos trabalhadores, que sofriam em condições de trabalho precárias e com jornadas extenuantes.

Esse expansionismo imperialista trazia consigo a brutalidade dos Estados e sua repressão, fatores nítidos na corrida pela dominação de colônias e, consequentemente, de trabalhadores na segunda metade do século XIX. Esse é um contexto que denota o quadro de insegurança em que vivia o trabalhador, que “muito diferente da classe média, estava a uma distância mínima do miserável, e via a insegurança como constante e real.” (HOBSBAWM, 2015, p. 416) Além disso, também é fato que a consolidação dos Estados modernos trouxe consigo um aumento populacional, propiciando um crescimento da imigração de alguns trabalhadores que, naquele momento, tiveram a possibilidade de entrar em contato com ideais que permitiam uma análise crítica da realidade. Isso tudo

proporcionou uma reorganização das classes sociais, conforme coloca Corrêa (2018, p. 32), com episódios de protagonismo das classes dominadas que aconteciam por meio de conflitos nas cidades e nos campos. Diante dessa estrutura de dominação capitalista, surgem os sujeitos que vão se opor às classes dominantes, com objetivos de transformação revolucionários e socialistas. E são esses novos sujeitos que vão elaborar os traços que fazem parte das bases do anarquismo.

Esse crescimento da imigração de trabalhadores, como mencionado no parágrafo anterior, está muito atrelado ao desenvolvimento da tecnologia da comunicação e do transporte, que permitiu uma maior conexão entre militantes e o fortalecimento do internacionalismo. Nesse sentido, tecnologias como

Rodovias, trens e barcos não apenas se aprimoravam, mas apareciam cada vez em maior número e com os custos mais acessíveis; as viagens tornavam-se mais constantes, assim como o deslocamento de militantes dentro e fora de seus países. O aumento de eficácia dos correios possibilitou a troca permanente de correspondências e publicações entre anarquistas de diferentes lugares do mundo. Os progressos químicos e da prensa rotativa a vapor contribuíram com o crescimento na difusão de informações, no número de publicações e com seu barateamento; a melhoria da educação permitiu que um número crescente de trabalhadores lesse estas publicações. Este avanço tecnológico possibilitou que os anarquistas entrassem em contato, se comunicassem, trocassem publicações, possibilitando o rápido espalhamento do anarquismo (CORRÊA, 2018, p. 33).

Em vista disso, nota-se que o desenvolvimento dos transportes e da comunicação, incluindo a melhoria na educação, foram fatores que contribuíram significativamente para a difusão e a troca de correspondências entre esses militantes anarquistas. Assim, todas essas condições históricas juntamente com as atuações dos trabalhadores (isso inclui as visitas mútuas entre os operários ingleses e franceses), possibilitaram que em 1862 se preparasse a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a qual ocorreu de fato só em 1864 e, posteriormente, passou a ser chamada de Primeira Internacional. O objetivo desse organismo, de uma maneira geral, era associar os trabalhadores para discutir projetos comuns, criando, dessa forma, uma consciência revolucionária e internacionalista nos trabalhadores.

Um ponto importante foi o processo de radicalização que existiu na AIT, que pode ser entendido como a passagem da maior parte dos mutualistas para o campo coletivista e essa cisão foi central para o surgimento do anarquismo. No entanto, é importante destacar que apesar do coletivismo ter sido central para o anarquismo, isso não significa dizer que o coletivismo era o anarquismo. O anarquismo surgiu como uma corrente do

coletivismo e isso se deu graças à junção de dois setores que se reuniram em 1868 e “constituíram as bases da Aliança da Democracia Socialista, ou ADS, primeira organização específica anarquista da história” (CORRÊA, 2018, p. 37).

No Brasil, o surgimento do anarquismo é muito atrelado à Colônia Cecília, que propiciou uma experiência coletivista em 1890, formada principalmente por italianos, no interior do Paraná. No entanto, apesar de ser considerada uma espécie de “marco fundador”, essa tese é contestada por autores como a Isabelle Felici (1998), que considera exagerada a contribuição da referida colônia para o surgimento e difusão do anarquismo no Brasil. Assim, o que se observa é que não existe uma negação da existência da colônia nem de sua experiência coletivista, o que existe é uma contestação de sua influência para a disseminação do anarquismo no país. Nesse sentido, apesar de ter havido participação de ex-colonos da Cecília na imprensa e em movimentos anarquistas brasileiros, “nem a colônia, nem seu fundador Giovanni Rossi, deixaram traços profundos na história do movimento operário, nem italiano, nem brasileiro”. (FELICI, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 58-59).

Em relação a esse contexto da chegada de ideias anarquistas no Brasil, Oliveira (2009, p. 49-50) pontua que, apesar da incerteza sobre a influência da Colônia Cecília, o fato é que se observa na década de 1890 a chegada de militantes do exterior que vinham servir de mão de obra nas lavouras cafeeiras, principalmente dos latifúndios paulistas, imigração subsidiada viabilizada pelas políticas racistas de branqueamento da população no processo de abolição da escravatura. A relação entre imigração e anarquismo, no entanto, não é direta. Embora muitos militantes fossem estrangeiros, a maioria dos imigrantes não era militante em seus países de origem e continuou a não ser no Brasil. Por outro lado, a associação entre imigração e anarquistas foi disseminada em discursos, principalmente, para justificar atos de repressão contra “indesejados”. Havia certo receio por parte das classes dominantes diante daquele cenário que estava sendo marcado pelas repercussões dos conflitos sociais na Europa, como a Comuna de Paris em 1871. Somado a isso, o contexto conturbado do fim da escravidão no Brasil e o início de um novo regime, o republicano, levou as classes dominantes a importarem também os preconceitos que foram atribuídos aos anarquistas na Europa, associando os libertários, dessa forma, à ideia de criminosos e não-civilizados.

Em vista desse entendimento estigmatizado do anarquismo, a ordem dominante viu a necessidade de elaborar mecanismos para garantir a ordem social, chegando a punir estrangeiros que eram considerados suspeitos ou adeptos do anarquismo. Vale ressaltar

que essa repressão aos estrangeiros não tinha na mira apenas os anarquistas, mas todos os “indesejáveis”, e isso incluía ladrões, bêbados, arruaceiros, etc. Eram esses considerados a “escória social” e por isso deviam ser “higienizados” da sociedade. Perseguir e puni-los representava um efeito moralizador e ilustrava a hierarquia social e o modelo de sociedade que a República no momento tinha como ideal a ser seguido. Apesar disso, os militantes anarquistas eram o principal alvo da política repressora. Isso leva ao ponto de que ser chamado de anarquista poderia trazer dificuldades e alguns socialistas se preocupavam em se esforçar para deixar claro que não faziam parte desse grupo para não serem confundidos com os anarquistas.

É interessante observar que essa perseguição aos anarquistas também acontecia por meio da imprensa liberal, que “tentava comparar movimentos sociais como o anarquismo ao banditismo” (SANTOS, 2016, p. 72) e isso reflete, novamente, a ideia de que havia uma percepção bastante negativa, um menosprezo que muitas vezes era justificado até mesmo com argumentos cientificistas. Por outro lado, torna-se importante pontuar também que os periódicos confeccionados e lidos pelos trabalhadores e militantes, tiveram um papel fundamental na organização dos anarquistas paulistas. Assim como demonstra Santos (2016), jornais como *A Plebe* e *Guerra Sociale* foram cruciais para estabelecer relações de solidariedade e troca de informações. Além disso, esses instrumentos também eram utilizados como ferramenta de denúncia das explorações e das más condições em que viviam os trabalhadores nos ambientes operários.

Fazendo um paralelo com essa questão da imprensa, é interessante observar também que as ideias advindas desse fluxo migratório tinham um alcance consonante ao desenvolvimento dos meios de comunicação, como a tipografia e a imprensa. Em sua dissertação, Santos (2016) aborda o gênero da imprensa operária que nasceu nesse contexto e destaca a sua diferença de outros ramos, tal como a imprensa lucrativa. O discurso da imprensa operária, de acordo com a sua pesquisa, representava um contraponto às revistas de variedade, “nascendo, portanto, no bojo do desenvolvimento industrial, fruto da necessidade de defesa dos interesses dos trabalhadores frente aos padrões de exploração imperantes” (SANTOS, 2016, p. 57). Face ao exposto, torna-se fundamental pensar que quando falamos em imprensa operária estamos falando também da forma como o movimento operário se organiza. Nesse sentido, alinhando-se ao pensamento de Edilene Toledo, Santos (2016) reitera que o sindicato se configura como a principal forma de organização dessa classe no contexto da Primeira República, fato que se estende até pelo menos as duas primeiras décadas do século XX,

É nesse contexto adverso e de repressão que a militância anarquista vai se esforçar para aprofundar suas raízes entre os trabalhadores brasileiros e esse aprofundamento pode ser entendido a partir de sua relação com os sindicatos. Nesse sentido, os anarquistas cresciam nos sindicatos do Brasil ao mesmo tempo em que cresciam as suas críticas e perseguições por parte de seus adversários, principalmente nos anos posteriores a 1906. Isso pode ser ilustrado pela existência de duas leis no período, no ano de 1907: ao mesmo tempo que existia uma lei que tornava legítimo a existência de sindicatos, existia outra que intimidava e estabelecia normas para expulsão de estrangeiros. Em relação a essa repressão, Cláudio Batalha (2000, p. 43) comenta que

“(...) com a lei de expulsão dos estrangeiros, proposta pelo Deputado Adolfo Gordo e aprovada em 1907 (...) foram expulsos do Brasil, somente no ano de 1907, 132 estrangeiros, número bastante elevado se considerarmos que entre 1907 e 1921 houve um total de 556 expulsões.”

Todavia, mesmo com tudo isso, como lembra Oliveira (2009, p. 57), a militância anarquista conseguiu deixar sua marca e contribuiu de maneira significativa no movimento operário, em manifestações e em greves, tendo o seu auge nos movimentos de 1917 a 1920.

Retomando o ponto da relação da militância anarquista com os sindicatos, o referido autor alerta que associar o movimento operário brasileiro ao anarquismo não deve ser algo tomado sem problematização visto que nem todas as correntes internas do anarquismo compactuavam com o sindicato como meio de luta (OLIVEIRA, 2009, p. 57). Nesse sentido, cabe aqui realizar um adendo sobre as correntes internas do anarquismo e sua relação com os sindicatos. O anarquismo individualista, por exemplo, apesar de não ter tido muita força no movimento operário brasileiro, não aceitava organizações coletivas porque, de acordo com sua lógica, isso cercearia a liberdade do indivíduo e o submetia a restrições. Por outro lado, a diferença entre anarco-comunismo e anarco-sindicalismo está nas suas concepções sobre a relevância que o sindicato tem para o processo revolucionário.

Esses debates em torno da estratégia sindical ganham força no Brasil na mesma época em que eles se potencializam internacionalmente. E isso pode ser ilustrado pelas atividades de operários da França em 1884 que lutavam em torno de sindicatos independentes, como é o caso da CGT francesa, uma confederação que tinha como objetivo “congregar todos os trabalhadores em sindicatos organizados por ofícios, independentemente de correntes políticas, quaisquer que fossem, para fomentar a

resistência ao capitalismo” (OLIVEIRA, 2009, p. 61). Nesse sentido, essa lógica apresenta um sindicalismo revolucionário que pretendia congregar todos os trabalhadores em torno de interesses e lutas econômicas em comum, sem ter uma orientação política estabelecida ou religião porque, do contrário, isso não ajudaria, mas dispersaria e poderia atrapalhar o trabalho revolucionário. Assim, ao não admitir nenhuma corrente política e religiosa como oficial, isso implica também uma clara negação até mesmo ao próprio anarquismo como orientação oficialmente assumida pelas entidades sindicais por parte do sindicalismo revolucionário. Mas a negação da identificação oficial da entidade sindical não significa que os sindicalizados não poderiam assumir e debater posições políticas.

Esse movimento dos operários franceses junto com a sua organização sindical impactou todo o mundo e no Brasil essa influência pode ser vista nas resoluções do primeiro Congresso Operário Brasileiro em 1906 no Rio de Janeiro, como ilustra abaixo a resolução sobre orientação:

SOBRE ORIENTAÇÃO:

Tema 1: A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a neutralidade? Deverá exercer uma ação política?

- Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda classe operária, os de mais clara e pronta compreensão;

que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha;

o Congresso aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial, e sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. (...) (apud OLIVEIRA, 2009, p. 62)

Essa resolução ilustra bem a influência da CGT francesa, pois aqui existe o questionamento acerca da necessidade de adoção de um partido político por parte da sociedade operária. Em outras palavras, entende-se que se houver a adoção de uma doutrina política oficial, isso vai gerar uma divisão entre o operariado. E é nesse sentido que o Congresso resolveu aconselhar que o proletariado se organizasse em sociedades de resistência econômica, evitando envolver-se com lutas por partidos políticos, visto que resultariam em rivalidades de doutrinas políticas e religiosas.

Nesse sentido, conforme coloca Oliveira (2009, p. 64), com base nessas resoluções, apesar de existirem posições discordantes, a tendência predominante do movimento operário brasileiro naquele momento era o anarco-sindicalismo. Dessa maneira, levando em consideração o argumento das posições discordantes, de que essas resoluções eram de caráter muito mais sindicalista do que anarquista, o autor traz uma questão pertinente: que a relação entre sindicalismo revolucionário e anarquismo não é algo simples de ser determinado. Assim, enquanto alguns consideram que o sindicalismo revolucionário nasce do anarquismo, para outros essas duas correntes se distinguem completamente uma da outra. Um exemplo disso é o caso da Edilene Toledo, autora que entende o sindicalismo revolucionário como

um fenômeno internacional, uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores. (TOLEDO *apud* CORRÊA, 2011, p. 21)

Em relação a essa posição de Toledo, Oliveira (2009) discorda sobre a consideração da autora de que o sindicalismo foi uma ideologia autônoma, ao menos no caso brasileiro, e dessa forma, o autor defende a sua posição ao argumentar que o sindicalismo revolucionário atingiu projeção no Brasil por causa da militância anarquista. Nesse sentido, o autor deixa claro que compartilha do pensamento de Toledo em muitos aspectos, no entanto discorda da historiadora no sentido de que ele não enxerga o sindicalismo revolucionário no Brasil como algo completamente em separado do anarquismo. Então, em relação a isso, ele pontua que “o sindicalismo revolucionário no Brasil não pode ser dissociado da militância anarquista, (...) [embora] muitas vezes o sindicalismo assumiu feições revolucionárias mais em termos de discurso, na propaganda anarquista e nos estatutos de federações, do que na prática propriamente dita dos sindicatos” (OLIVEIRA, 2009, p. 27).

Corrêa (2010, p. 22) aproxima-se da posição de Oliveira no sentido de que também discorda de alguns aspectos em relação a Toledo. Nesse sentido, considerando a diferenciação que a autora faz entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, o autor pontua:

Edilene Toledo comete o grave equívoco de considerar as posições estratégicas dos anarquistas (...) como princípios político-ideológicos que definiriam o anarquismo. Algumas posições que ela utiliza para definir o anarquismo e

diferenciá-lo do sindicalismo revolucionário não se encontram, como vimos, nos princípios da ideologia anarquista, mas no campo da estratégia: a negação do sindicato como espaço de atuação, a sociedade futura baseada em federações de indivíduos e a negação da luta pelas reformas. As outras nos parecem afirmações sem fundamentos: que o anarquismo poderia ser somente uma teoria sem implicar uma prática, que o anarquismo é contra a luta de classes e que ele se basearia tão-somente na solidariedade moral.

Para Corrêa (2010, p.23), Toledo comete um equívoco ao confundir ideologia e estratégia. Com isso, para o autor, Toledo considera posições estratégicas como princípios, generalizando, dessa forma, estratégias minoritárias do anarquismo como se fossem majoritárias. Dessa forma, Corrêa contra-argumenta a autora ao afirmar que no Brasil, a estratégia organizacionista foi bem maior do que a anti-organizacionista e não o contrário. Cabe pontuar que o autor não nega a existência da estratégia “insurrecionalista” ou “antiorganizacionista” como partes da ideologia anarquista, no entanto, o que o autor pretende destacar aqui é estas últimas não se constituem como as principais e mais representantes estratégias do movimento anarquista.

Levando em consideração a tese defendida por Toledo de que o sindicalismo revolucionário seria uma ideologia, Corrêa (2010, p. 24) também analisa a seguinte afirmação da autora:

(...) novidade do movimento sindicalista revolucionário foi a sua vinculação da autonomia operária à ação sindical, ou seja, o sindicato passa a ser visto como o instrumento da autonomia. [...] Autonomia em relação aos partidos e à política era, portanto, uma exaltação da capacidade de autogoverno dos trabalhadores.

Essa autonomia destacada pela autora representaria, nesse caso, um completo desvinculo do sindicalismo com o anarquismo. É baseando-se nesse ponto da autonomia, da neutralidade e da independência, questões defendidas inclusive no Congresso de 1906, que a autora defende a sua tese de que o sindicalismo revolucionário não poderia ser anarquista e seriam, portanto, ideologias distintas. Corrêa, por sua vez, contra-argumenta a autora ao afirmar que essa autonomia não era na verdade uma novidade no movimento operário dos anos 1890, pois já tinha sido colocada em pauta pelos anarquistas e militantes de outras ideologias desde a década de 1860, já eram defendidas por Bakunin, por exemplo, o que significa entender que a estratégia anarquista compreendida naquele momento não pretendia transformar toda a AIT em anarquista. Com base nisso, o autor conclui:

Os elementos identificados por ela como sendo constituintes da “ideologia sindicalista revolucionária” já estavam presentes na estratégia de transformação social proposta pelo anarquismo clássico, quando se desenvolveu organizada e coletivamente, desde seus primeiros tempos. O que a autora faz, a nosso ver, é, em um debate que se dava dentro do campo do

anarquismo, vincular uma das posições estratégicas ao que seria “o anarquismo” (as posições contrárias à organização, ao sindicalismo, às reformas etc.) e a outra ao que seria “o sindicalismo revolucionário” (defesa da organização, dos sindicatos, das reformas etc.). Conforme já explicitado, ambas estratégias foram defendidas dentro da ideologia anarquista não sendo, assim, possível afirmar essa distinção entre anarquismo e sindicalismo revolucionário da maneira argumentada por Edilene. (CORRÊA, 2011, p.30)

Posto isso, o método do sindicalismo revolucionário, com sua proposta de congregar os trabalhadores a partir de sindicatos autônomos e de sua diversidade de opiniões políticas e religiosas, enfrentou resistências entre trabalhadores anarquistas. No entanto, entre os militantes libertários do Brasil, essa resistência não ocorreu de modo tão intenso como se deu na Argentina. E uma curiosidade sobre isso é que os escritos de Malatesta, uma das principais referências do anarquismo internacional do final do século XIX e início do XX, foram reivindicados no Brasil tanto por anarquistas adeptos do sindicalismo quanto por anarquistas que eram críticos desse método, fazendo com que Malatesta, se tornasse um dos autores mais presentes nas publicações anarquistas brasileiras.

Em relação aos sindicatos, a posição de Malatesta se encontrava da seguinte forma:

Não peço que os sindicatos adotem um programa anarquista e que sejam compostos só por anarquistas: – neste caso, eles seriam inúteis, porque seriam a repetição dos agrupamentos anarquistas, e não mais teriam a qualidade que os torna caros aos anarquistas, ou seja, a de ser um campo de propaganda hoje, e um meio, amanhã; a de conduzir a massa à rua e fazê-la assumir o controle da posse das riquezas e da organização da produção para a coletividade. Desejo sindicatos amplamente abertos a todos os trabalhadores que comecem a sentir a necessidade de se unirem com seus camaradas para lutar contra os patrões; todavia, também conheço todos os perigos que representam para o futuro, agrupamentos feitos com o objetivo de defender na sociedade atual interesses particulares, e peço que os anarquistas, que estão nos sindicatos, dêem-se por missão salvaguardar o futuro, lutando contra a tendência natural desses agrupamentos de se tornarem corporações fechadas, em antagonismo com outros proletários, ainda mais do que com os patrões. (MALATESTA *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 67-68)

É interessante ver a posição de Malatesta sobre os sindicatos e o sindicalismo da CGT, pois apesar de reconhecer a importância dos sindicatos, ele temia que a luta por conquistas imediatas levasse a um reformismo corporativista. Malatesta, dessa forma, acreditava que existia uma tendência natural desses sindicatos se tornarem organismos fechados e voltados, sobretudo, para atender interesses particulares. Para o anarquista italiano, o principal problema do sindicalismo revolucionário é acreditar que as massas vão se mobilizar naturalmente, ele não acredita nessa espontaneidade, mas que exista um grande trabalho de propaganda e mobilização. Ele deseja que o movimento operário

defina os objetivos que almeja alcançar e que não caia em corporativismos, visto que isso, junto com as melhorias imediatas, mais dividiria os trabalhadores do que estimularia sua solidariedade. Ele diz que o sindicato só poderá fazer ação revolucionária se colocar esse ideal acima dos interesses particulares. Assim, só a ação anarquista poderá tornar o sindicato um meio eficiente.

Dessa maneira, o pensamento de Malatesta foi bem recebido no Brasil, sobretudo pelos anarquistas que se aproximavam dos trabalhadores para estimular uma ação insurgente e revolucionária, com suas ações de propaganda, que aconteciam em escolas, nas portas de fábricas e em vários outros contextos. No entanto, apesar dos anarquistas céticos ao sindicato, existiam aqueles que viam o sindicato como uma “uma função cada vez mais central para se efetivar a mobilização operária” (OLIVEIRA, 2009, p. 70). Com isso, eles viam a possibilidade de um sindicalismo politicamente neutro, no qual poderiam alcançar a coesão da classe operária. Essa opção estratégica era também uma forma de tentar reconstruir, trazer de volta a união dos trabalhadores.

Nesse quadro, o que se estabelece é que a assembleia decidiu pelas ratificações das resoluções de 1906 a fim de não permitir a identificação das entidades sindicais com ideologias políticas. No entanto, como já dito, apesar da decisão de neutralidade política e religiosa das instituições, não houve uma total ausência da propaganda anarquista dentro dos sindicatos e isso pode ser ilustrado na primeira resolução do Segundo Congresso Operário, apresentada por José Boróbio, que dizia: “Tendo em conta que da discussão dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias” (OLIVEIRA, 2009, p. 78). Desse modo, essas ideias presentes no II Congresso vão constituir um processo de instrumentalização da estratégia sindicalista pelos anarquistas, os quais iniciaram esse movimento desde 1906.

Nesse processo, os anarquistas se organizavam dentro dos sindicatos de modo a tentar evitar uma burocratização do sistema. Para isso, buscava-se uma rotatividade frequente nos cargos de direção sem remuneração. Isso tudo era feito com objetivo de garantir uma autonomia e liberdade individual dentro dos sindicatos, na tentativa de evitar quaisquer formas de autoritarismo e burocratização internos.

Diante disso, cabe pontuar que, para os anarquistas, os trabalhadores deveriam ser convencidos a aderir ao anarquismo, jamais obrigados, visto que eles consideravam a obrigação como uma violência. Então, o que deveria ser feito era um trabalho de

propaganda e estratégias onde a ação direta seria o meio e o sindicato a principal associação para reunir os trabalhadores.

Dessa forma, o movimento estratégico dos anarquistas consistia na ideia de desenvolver a sua militância entre o operariado urbano como forma de garantir que essas pessoas absorvessem essas ideias e, conseqüentemente, aderissem ao anarquismo. Foi por meio desse trabalho de intensa militância que os anarquistas brasileiros adentraram em grande parte dos sindicatos e, uma vez dentro deles, perceberam a necessidade de fazer com que suas ideias prevalecessem, elegendo, nesse sentido, a “neutralidade política como o meio para garantir não apenas sua liberdade de ação e de pensamento dentro das associações sindicais, mas para evitar que seus oponentes políticos tomassem o controle das associações e neutralizassem sua propaganda” (OLIVEIRA, 2009, p. 81).

Apesar das dificuldades, os anarquistas conseguiram deixar sua marca nos sindicatos através da neutralidade política e sempre procurando alinhar os seus interesses com os dos trabalhadores de forma geral e não apenas entre aqueles que compartilhavam de sua orientação política. Nesse sentido, os primeiros difundiam a sua concepção de sindicalismo em resoluções e publicações que não eram propriamente anarquistas — embora também existissem as que eram propriamente anarquistas. O fato dessas publicações não serem propriamente anarquistas era importante, pois havia o objetivo de se obter uma aproximação com os trabalhadores independentemente de suas correntes políticas e, caso essas publicações fossem especificamente anarquistas, poderiam causar o efeito reverso. Um exemplo disso é o jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira e periódico estudado neste trabalho e que apresenta, em suas resoluções, os discursos dos anarquistas que se esforçavam para divulgar a sua visão de sindicalismo. Com isso, os anarquistas buscavam, além de difundir as suas ideias, criar uma maior aproximação com a classe trabalhadora e, para isso, trabalhavam em várias resoluções e publicações com esse fim. O referido periódico, apesar de sua aparente neutralidade em alguns artigos, é redigido, predominantemente, por anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário.

A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA E AS CONCEPÇÕES INTERNACIONALISTAS E ANTIMILITARISTAS DO MOVIMENTO ANARQUISTA BRASILEIRO

Em 1906, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado no Rio de Janeiro foi de grande importância para o movimento operário do país, pois dele surge a Confederação Operária Brasileira (COB). Apesar de ter sido aprovada em abril de 1906 e ter o seu funcionamento previsto para junho desse mesmo ano, ela só teve o seu funcionamento concreto dois anos depois, a partir de março de 1908. Essa demora, como bem coloca Cláudio Batalha (2015, p. 71), se deveu aos impasses enfrentados pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), a qual se caracteriza por ser a organização que a Confederação mais dependia do apoio na época.

A iniciativa de realizar o Primeiro Congresso Operário Nacional partiu da FORJ, realizando-se na sede do Centro Galego, na Rua da Constituição. A sede da COB, inicialmente, tinha como localização a Rua do Hospício e depois, em setembro de 1913, ficou na Rua dos Andradas, 87, mesmo local da sede da FORJ. Ao longo de seus primeiros anos, a COB conseguiu reunir cerca de 50 sindicatos e esses sindicatos estavam, em sua maioria, distribuídos nas confederações que eram as principais bases de sustentação da COB, como a própria FORJ, a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS).

A Confederação se manteve em uma existência precária ao longo da maior parte da década seguinte. No entanto, como pontua Paulo Sérgio Pinheiro (1985), apesar dessas dificuldades, foi a primeira organização operária nacional que conseguiu ter alguma consequência. Conseguiu-se, pela primeira vez, uma coordenação e uma troca de informações entre os operários a nível nacional e isso se deve, em grande medida, ao jornal *A Voz do trabalhador*, que se tornou o órgão da Confederação e pretendente a porta-voz da classes trabalhadora do período.

Quando foi criada, a COB tinha como objetivos organizar, unir e promover uma solidariedade entre os trabalhadores, sobretudo a partir da organização sindical. Além disso, se pretendia também estudar e difundir formas de emancipação em todos os meios, sobretudo no jornal *A Voz do Trabalhador* (TOLEDO, 2013, p. 13). Embora nem todos os objetivos tenham sido alcançados, eles representaram um esforço de agremiação dos trabalhadores.

Conforme tratado anteriormente, os estatutos da COB zelavam pela neutralidade política e religiosa da entidade, enquanto, por outro lado, os operários poderiam discutir entre si as suas ideias.

No entanto, apesar dessa decisão de neutralidade, não houve uma total ausência do anarquismo dentro dos sindicatos associados à COB. Como foi visto no tópico anterior,

os anarquistas atuavam de várias maneiras dentro dos sindicatos e uma delas era trabalhando em periódicos que não eram necessariamente anarquistas, como é o caso do jornal *A Voz do Trabalhador*, que se apresentava como um periódico sindicalista revolucionário, tal qual a COB. E isso acontecia basicamente com a finalidade de conversar com trabalhadores de diferentes correntes políticas, como um meio de conseguir adeptos. Dessa maneira, consonante a tudo isso, os anarquistas brasileiros buscavam também difundir as suas concepções internacionalistas e antimilitaristas nos periódicos que tinham uma atuação. Nesse sentido, essas concepções internacionalistas podem ser entendidas a partir da divulgação, pelos anarquistas, nos jornais operários, de notícias vindas do exterior. Essas notícias, em geral, se tratavam de questões acerca do movimento operário e das ações realizadas por governantes em toda parte do mundo e, desse modo, a divulgação dessas notícias era de grande importância para a classe operária como um todo. Pensar em como essas notícias chegavam até aqui é uma questão interessante, pois elas tinham origens variadas e, assim, poderiam vir de:

(...) militantes que se encontravam no exterior, reprodução, parcial ou integral, comentada ou não, de notícias divulgadas na grande imprensa, nos telégrafos ou na imprensa operária e anarquista do exterior, ou ainda textos produzidos por militantes no Brasil a partir da leitura de jornais estrangeiros”. (OLIVEIRA, 2009, p. 213).

É com base nesse quadro que Oliveira (2009, p. 213) chama a atenção para o fato de que esse ato de divulgação de notícias representava muito mais do que uma simples ação de informar, pois existia na verdade uma intenção estratégica na propaganda anarquista que visava abrir os olhos do proletariado a fim de que ele pudesse finalmente adquirir consciência de seu papel revolucionário. Desse modo, as notícias eram construídas de modo que o operário pudesse entender que estava inserido em um mundo que funciona sob uma lógica capitalista de produção e, por isso, vivia em uma sociedade dividida em classes e cujos interesses eram distintos. Essa ação, dessa maneira, visava que o trabalhador compreendesse que o Estado viabilizava a sua exploração e que por isso, era necessário uma coesão proletária e uma ação coletiva para lutar contra isso.

Diante disso, torna-se pertinente pensar sobre a importância do jornal e de seu papel no movimento operário. É refletindo sobre essa questão que Célia Maria Benedicto Giglio (2020) enxerga o jornal operário como um produto cultural que vai além dos propósitos de formar simples leitores e ouvintes. Nesse sentido, a autora compreende que os periódicos operários construíam estratégias visando transmitir ideias e valores a fim

de transformar as relações e provocar a construção de novos pensamentos que pudessem fazer emergir novas práticas organizatórias e de luta. Assim, é seguindo essa linha de raciocínio que a autora entende o impresso operário como um meio importante para se conseguir:

(...) ações coletivas de resistência, disseminando entre os operários formas de luta correspondentes a uma nova identidade que se tenta imprimir a partir da relação de forças simbólicas que estabelece entre as representações circulantes sobre a classe operária. Exemplo é a construção de uma representação do operariado enquanto força coletiva, capaz de abater o avanço da exploração do capital. As práticas da boicotagem e da sabotagem são minuciosamente descritas e propagandeadas como estratégias a serem utilizadas. (GIGLIO, 2020, p. 46)

Também nesse sentido, Oliveira (2009, p. 214) entende que a concepção internacionalista dos anarquistas, por meio de sua divulgação de notícias vindas do exterior, também acabava constituindo, de certa forma, uma luta contra-hegemônica. E isso pode ser ilustrado pelo fato de que havia, nessas notícias sobre acontecimentos internacionais, uma subversão à imagem desses países, que usualmente eram conhecidas de uma certa maneira no senso comum pelas pessoas. Desse modo, era comumente usado na imprensa libertária um adjetivo correspondente a um determinado país a fim de substituir essas imagens cristalizadas pelo senso comum na mente das pessoas, como foi o caso da Argentina, que embora tenha se propagado ser, à época, o país civilizado da América do Sul, era na verdade “onde se encontrava um governo e uma polícia bárbaros e cruéis”.

Outro exemplo da imagem que era subvertida pela imprensa anarquista brasileira era a questão da democracia estadunidense, que na prática, aos olhos dos anarquistas brasileiros, não existia, visto que acontecia uma repressão violenta com os trabalhadores, os quais não podiam se expressar livremente. No entanto, essa questão de tipologia não tinha apenas a função de adjetivar esses Estados, pois seus objetivos eram bem mais amplos, “cumpria também uma função de propaganda contra hegemônica importante (...)”. (OLIVEIRA, 2009, p. 215). Dessa forma, servia para desmistificar essa boa imagem que esses Estados tentavam passar e difundir através do senso comum, de que eram superiores e mais avançados em questão de civilização. Inclusive se tentava ter essa imagem sendo imitada pelo próprio Brasil. Em vista disso, o objetivo dessa espécie de tipologia era bem maior do que apenas um simples processo textual de adjetivação, pois se almejava, com isso, mostrar que por trás dessa imagem que se apresentava como positiva, existiam ações de violência extremas contra os trabalhadores e isso mostra que

ao invés de se ter esses hábitos imitados, é algo que deve ser combatido e evitado. Logo, essa atitude dos anarquistas negava o caráter civilizado desses países.

É nesse sentido que esse ato de publicação de notícias internacionais constituía uma nova “pedagogia revolucionária”, funcionando como uma lente que permitia que o trabalhador pudesse enxergar através dos vernizes do patriotismo e do militarismo, para que assim, finalmente, pudessem ver a si próprios como integrantes de uma luta coletiva, como integrantes de um mesmo movimento, que era universal. Essa ação pedagógica acabava também criando uma rede de solidariedade internacional, pois, como bem lembra Oliveira (2009, p. 219), as notícias publicadas pelos anarquistas buscavam “produzir a sensação de que todos os trabalhadores do mundo, todos os que viviam sob o jugo de qualquer forma de opressão eram companheiros de sofrimento e deveriam, necessariamente, solidarizar-se para promover uma ação revolucionariamente redentora de toda a humanidade.” Assim, era dessa forma que o proletariado brasileiro acabava se alinhando a esse movimento universal.

Essa consciência de pertencimento a uma coletividade que possuía os mesmos interesses e passava pelas mesmas situações também pode ser entendida sob a ótica do antimilitarismo propagado pelos anarquistas, uma vez que estes utilizavam o discurso antimilitarista também como uma forma de criar uma solidariedade entre os trabalhadores e, assim, fazê-los sentir-se em uma luta cujos ideais são os mesmos para toda a classe proletária. Como observa Giglio (2020, p.72), já a partir de seu primeiro número, no ano de 1908, é possível perceber no jornal *A Voz do Trabalhador* o espaço que o periódico passa a ofertar aos artigos que apresentam discursos antimilitaristas, tendo em vista, com isso, fazer com que o trabalhador compreenda o quanto que a guerra é maléfica para a classe proletária e que vai contra todos os seus interesses, independente de qual país seja, desenvolvendo, dessa forma, um sentimento de solidariedade e prezando pela emancipação do operariado.

Um exemplo de como esse discurso antimilitarista acabava visando, em consequência, um sentimento de solidariedade entre os trabalhadores, é a forma como o caso da possibilidade de guerra entre o Brasil e a Argentina é discutido no primeiro número do jornal. Dessa maneira, o jornal entende que o povo não participa dessa vontade de guerra, mas sim os governantes. O povo, assim, nada teria a ver com isso, pois o povo não deseja a guerra, tendo em vista os seus malefícios. Nesse sentido, destaca que o conflito é desejado e articulado apenas pelos próprios governantes fraticidas que visam conseguir conquistar os seus interesses utilizando o sofrimento e morte do povo

trabalhador para isso. Abaixo, segue um trecho retirado do próprio jornal que reitera esse pensamento de caráter completamente antimilitarista:

Mais uma vez os traficantes do patriotismo, os abutres sanguinários que vivem dos restos das carnificinas humanas e que por isso mesmo tem todo o interesse em provocá-las, querem lançar numa luta bárbara e fratricida dois povos que nunca mal algum se fizeram e para os quais, reciprocamente, as consequências duma guerra não poderiam ser mais desastrosas.

O povo não quer servir a ambição dos políticos e militares de profissão para os quais a guerra é apenas um pretexto para adquirir brilho e posições rendosas.

O povo não quer ser vítima da sede de ouro dos grandes comerciantes de armamentos e munições para quem a guerra quer tantos milhares de seres aniquilar sem proveito algum, não passa dum bom negócio.”

O povo não pode querer a guerra porque vencido ou vencedor só gozará destas regalias: morrer e pagar mais impostos.” Além de tudo isso, a guerra também é contrária aos sentimentos de fraternidade e, o povo não deve só ser contra ela, mas demonstrar a sua aversão a ela. (*A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908, p. 1).

Em outros periódicos da época, os anarquistas também expressavam a sua concepção antimilitarista, como é o caso do jornal *Guerra Sociale*, criado em setembro de 1915 e dirigido inicialmente pelo libertário italiano Angelo Bandoni. Surgido no contexto da Primeira Guerra Mundial, o jornal destacava, já em seu primeiro número, notícias sobre a conflagração europeia e chamava a atenção dos trabalhadores para que se mantivessem contrários à guerra:

AOS ANARQUISTAS

Aos revolucionários conscientes irresolutos, de qualquer tendência política

A todos os intolerantes da barbárie militar e ao governista que funesta a humanidade

Companheiros!

Enquanto o mais formidável dos flagelos humanos, registrados pela história, investe e rompe os ordenamentos econômicos, políticos, morais e religiosos da civilizadíssima Europa; enquanto um pesadelo de terror e de consternação pesa sobre toda a humanidade, trepidante pelo visível amadurecimento dos acontecimentos transcendentais; enquantodestas terras de exílio os transatlânticos partem cheios de tímidos e de ilusões, a nossa abstenção, ascético e puramente negativo, além de uma vergonha, é uma inqualificável covardia!... Por onde tem andado para acabar os nossos mais orgulhosos propósitos de luta a todo custo contra todas as formas de opressões veladas e arrogantes?... (*Guerra Sociale*, 1915 *apud* BENEVIDES, 2021, p. 313)

Edgar Rodrigues (1972), ao realizar um levantamento de romances que se preocuparam em abordar as temáticas sociais do início do século XX, destaca *Canaã* (1901), obra de Graça Aranha que apresenta em seus trechos uma clara preocupação social ao discutir a questão da pátria e questionar a sua finitude e os seus preceitos que

normalmente são difundidos pelo senso comum. Nesse sentido, é possível perceber em *Canaã*, de uma maneira muito nítida, a concepção antimilitarista difundida pelos anarquistas, a qual levava, conseqüentemente, a um sentimento de antipatriotismo:

Não, meu querido Lentz, a Pátria é uma abstração transitória e que vai morrer... Sobre ela nada se fundou. Nem arte, nem religião, nem ciência. Nada, absolutamente nada tem uma forma elevada, sendo patriótica. O gênio humano é universal... A pátria é o aspecto secundário das coisas, uma expressão da política, a desordem, a guerra. A pátria é pequenina, mesquinha, uma limitação para o amor dos homens, uma restrição que é preciso quebrar. (ARANHA *apud* RODRIGUES, 1972, p. 12)

Devido a perspectivas como esta, Giglio (2020, p. 73) entende que os jornais operários, a partir da exposição de suas concepções internacionalistas e antimilitaristas, constituem um processo de construção de uma nova ideia de pátria, “colocando no centro, e como referência para o debate, a figura do proletário enquanto povo”. Desse modo, a crítica à guerra implica, conseqüentemente, numa crítica ao militarismo e ao patriotismo. É nesse sentido que *A Voz do trabalhador* aborda, como se verá no próximo tópico, uma concepção diferente de pátria, uma pátria sem guerras e sem fronteiras, que conecta todos que se encontram explorados pela lógica capitalista em torno de uma solidariedade, a qual se apresenta como fundamental no processo de consciência de classe.

AS VISÕES E AÇÕES PROMOVIDAS ATRAVÉS DE *A VOZ DO TRABALHADOR* SOBRE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Conforme já tratado, entre o final do século XIX e início do XX, o papel que a imprensa operária cumpriu em terras brasileiras foi de fundamental importância. Como pontua o historiador Cláudio Batalha (2000, p. 63), em *O Movimento Operário na Primeira República*, entre as diversas manifestações culturais que desabrocharam nesse contexto, “a expressão mais visível da cultura operária nesse período foi a imprensa operária”. Com base nesse apontamento de Batalha, podemos entender que a imprensa proletária acabou se tornando não apenas um meio informativo, mas também um importante instrumento político, que por meio das suas mais variadas formas, conversava com o povo e, em muitos momentos, se tornava a sua voz — como foi o caso do jornal *A Voz do Trabalhador*.

Como foi colocado no tópico anterior, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio em 1906, acabou lançando as bases da Confederação Operária Brasileira, a qual de acordo com Pinheiro e Hall (1979, p. 42), teria como papel, nesse momento, “estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas em todos os meios de propaganda conhecidos”. Dentre esses meios de propaganda que a COB teria que difundir as suas ideias, o jornal *A Voz do Trabalhador* acaba sendo o seu principal veículo, visto que essa informação se encontra presente no próprio corpo do jornal, quando os seus redatores deixam explícito que o periódico passa a ser o órgão da Confederação.

O jornal, no entanto, só começa a funcionar dois anos depois da criação da COB e com a publicação de 71 números ao todo, durou de 1908 a 1915. Assim, a sua importância é atribuída ao fato de ter sido um jornal que conseguiu o feito de coordenar e se comunicar com os trabalhadores não apenas de maneira regional, mas nacionalmente e também com correspondências internacionais. Os redatores o viam como legítimo porta-voz da classe trabalhadora de todo o país e destacam que os seus objetivos iam muito além do que a conquista por menos horas de trabalho e altos salários, pois desejavam, sobretudo, a emancipação dos trabalhadores. Desse modo, analisando os discursos presentes no jornal, percebe-se que o caminho para essa emancipação passava, principalmente, pela consciência de classe. Para tanto, um dos aspectos que defendiam era a posição antimilitarista. É nesse sentido que o jornal sempre buscou trazer a questão antimilitarista como um tópico de discussão em suas páginas.

O discurso antimilitarista se fez presente de uma maneira frequente no jornal *A Voz do Trabalhador*. Em relação ao espaço dedicado pelo periódico à Primeira Guerra Mundial, diante do estudo feito, nota-se que essa questão foi tratada por meio de artigos que destacavam a carnificina que a guerra representava, de notícias sobre aprovações de moções pelas organizações operárias brasileiras contra o conflito europeu e de convites para que a classe proletária participasse dos vários comícios e protestos que foram realizados em todos os estados do país que faziam parte da Confederação, com o intuito de mostrar indignação perante a guerra que se instalava. Consonante a isso, cabe salientar que apesar da Confederação prezar por uma certa neutralidade, o periódico aborda essa questão por meio de reflexões críticas e não apenas de modo informativo, uma vez que havia o intuito de despertar no proletariado a consciência de quem eram os seus inimigos e a importância da solidariedade para a sua própria emancipação.

O jornal apresenta em todos os seus números o seu posicionamento sobre guerras e qualquer conflito bélico, mas é a partir do seu sexagésimo número que podemos perceber, mais especificamente, as suas visões sobre a “Grande Guerra”, as quais estão organizadas em artigos que carregam um posicionamento muito claro acerca do referido conflito. Prova disto, é o artigo intitulado “À Postos”, publicado na primeira página da edição de 5 de agosto de 1914, que é muito interessante porque mostra como o periódico aborda a Primeira Guerra Mundial. Entendendo a guerra como uma “colossal carnificina”, o artigo, sem autor, se preocupa em destacar a seriedade da situação, os malefícios desta conflagração e atribui à burguesia a responsabilidade da guerra. No entanto, apesar do destaque aos horrores que a guerra representa, o seu discurso também é emancipatório e visa deixar um alerta aos trabalhadores brasileiros a fim de que eles estejam preparados e a postos para se emancipar a partir de todo esse sangue que está sendo derramado:

(...) É desse sangue que vai brotar a definitiva emancipação do proletariado. Chegou o momento agudo das lutas supremas. Estamos em vésperas da grande estremeção final...
Que o operariado do Brasil se prepare. Vamos ter, pela frente, uma crise espantosa. A fome aí vem com todos os seus horrores.
Operários, à postos! (*A Voz do Trabalhador*, 05/08/1914, p. 1).

No artigo “Entre Nós”, localizado no número 61, de 20 de agosto de 1914, também é possível perceber a maneira como o jornal entende a guerra. A maneira como o artigo enxerga o momento histórico em questão é muito interessante porque, ao passo que reconhece que esse era um contexto de desespero e de angústia, pontua, por outro lado, também era um contexto de esperança e entusiasmo. O artigo fala em nome dos trabalhadores brasileiros e, considerando que estes se reconheciam nas mesmas condições de miséria e maus-tratos que o operariado europeu à época, o artigo, em nome dos primeiros, expressa a sua indignação e ódio para com a burguesia, a qual é vista aqui, mais uma vez, como a responsável pela guerra, e, ao mesmo tempo, se solidariza com os trabalhadores não apenas europeus, mas também com todos aqueles que de alguma forma sofriam com as mazelas dessa carnificina que avassalou o mundo à época, pois, “envia aos seus irmãos de todo o mundo a sua solidariedade absoluta e irredutível”. (*A Voz do Trabalhador*, 20/08/1914, p. 1).

Um dos pontos interessantes a se destacar no discurso presente nos artigos sobre a guerra é o fato de muitas vezes existir uma comparação em pé de igualdade entre a

situação dos trabalhadores do Brasil e da Europa, como demonstra o artigo intitulado “Mais duas palavras”, que se encontra publicado no número 62, de 5 de setembro de 1914. O artigo compara a situação da Europa com a do Brasil e, nessa comparação, aponta algumas semelhanças. Nesse sentido, enquanto que na Europa existe a “(...) guerra, a morte, a miséria, a fome; aqui - a crise de trabalho, a miséria, a fome...”. (*A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p. 1). A partir dessas pontuações de semelhanças, o jornal acaba criando uma proximidade com o proletariado europeu e, conseqüentemente, despertando no proletariado brasileiro o sentimento de solidariedade necessário para que os trabalhadores do país se unam na luta em torno de objetivos comuns, para que sejam como iguais, para que se entendam como àqueles que lutam por uma coisa só: a emancipação e a aniquilação do sistema que a burguesia forjou.

Outro ponto colocado em pé de igualdade pelos artigos do jornal é a questão da repressão pelas autoridades sobre aqueles que protestavam contra a guerra. Na Europa, estes eram reprimidos, perseguidos, encarcerados e até mesmo assassinados pelas autoridades. Aqui, aqueles que protestavam contra a guerra e procuravam solucionar a crise brasileira, a qual foi “consideravelmente agravada pela conflagração europeia”, eram também espadeirados, encarcerados e deportados pelas autoridades. Interessante perceber aqui como o jornal reconhece o quanto a conflagração europeia afetou e influenciou na crise brasileira do período. Diante dessa situação, o jornal indaga se é certo os trabalhadores brasileiros juntamente com todo o proletariado do mundo aceitar essas infâmias:

Podem os trabalhadores submeter-se a tanta infâmia? Não é justo pensa-lo. Os trabalhadores da Europa, os trabalhadores da América, os trabalhadores de todo o mundo não podem e não querem curvar a cabeça. Eles estão fartos de miséria e de violência, de fome e de tirania. Eles vão sacudir o jugo secular da exploração e da opressão. (*A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p. 1).

Ainda dentro do conjunto de discursos sobre como o jornal entende a Primeira Guerra, no artigo “A Guerra Europeia”, localizado no número 63, de 1º de outubro de 1914, existe o entendimento de que a guerra não é apenas um embate entre raças nem da democracia contra o militarismo, e o que ocorre nos campos de batalha não é questão política tampouco diplomática. Não se trata de desejar conquistar coisas, mas o objetivo nessa guerra, para o artigo, é de expansão comercial e de indústria, e entende isso como uma consequência do nosso sistema de organização capitalista, que busca constantemente essa expansão. Então o artigo entende a conflagração como uma necessidade material, como algo inevitável e fatal, algo que, no fundo, possui um ideal eminentemente

econômico. Nesse sentido, de autoria de S. Christóvão, o artigo em questão faz uma alusão à interpretação materialista de Karl Marx e pontua que a guerra é uma confirmação das doutrinas do filósofo alemão:

Por mais que pese aos que duvidam da interpretação materialista que Karl Marx deu aos movimentos humanos, esta carnificina espantosa é ainda uma confirmação rigorosa das doutrinas do grande pensador. É abominável a guerra, não resta dúvidas, mas dentro das nossas forças sociais chegou a tornar-se um mal necessário, preciso à evolução, ao progresso econômico da sociedade. (...) O que podemos esperar, penda a vitória para o lado que tiver de pender, é que este terrível embate seja um grande passo para a bancarrota definitiva do capitalismo, o que valeria ao extermínio da guerra pela própria guerra. (*A Voz do Trabalhador*, 01/10/1914, p. 4).

Há um paradoxo pertinente aqui. Apesar de reconhecer a guerra como algo abominável, o autor a considera como um “mal necessário” que seria, dessa forma, fundamental para a evolução da sociedade no sentido de que o capitalismo, assim, seria destruído pelas próprias guerras que produz. Então, essa lógica nos permite entender a Primeira Guerra como algo previsível, algo inevitável na história evolutiva das sociedades e civilizações, como um estágio para o extermínio do capitalismo. Assim, ao abordar a ideia de que todos esses conflitos fazem parte de um processo de evolução, o autor nos faz entender a sua lógica de que o capitalismo passará, e guerras como esta fazem parte e são necessárias ao seu processo de destruição.

Por outro lado, o artigo “Civilização Superficial”, sem autoria, reconhece que a guerra fez parte da existência do homem por muito tempo, no entanto, isso não tira a importância de evitá-la. Então existe aqui uma defesa e uma crença de que se deve evitar e combater a guerra por meio da civilização. Nesse sentido, seguindo a lógica do autor, a guerra existe quando não há civilização, pois quando há, é totalmente possível usá-la para prevenir esse tipo de conflito. É com base nesse pensamento que ele pontua:

Isto, porém, não diminui a importância da civilização nem exclui o admitir-se a probabilidade de vir ela a prevenir eventualmente todas as guerras. Porquanto a civilização, apesar de serem comparativamente pouco profundos, os seus fundamentos, pode, todavia, suprimir ou comprimir a intensa selvageria do homem, fazendo-a ficar sopitada, e pode também opor óbices àquelas condições que tendem a desenvolver o espírito belicoso. (*A Voz do Trabalhador*, 01/02/1915, p. 2).

É refletindo sobre esse fato de não ter sido possível evitar a guerra, que o jornal publica a tradução de um artigo do francês Sebastien Faure, que, em seu manifesto, propõe que os trabalhadores se unam e consigam colocar um fim a ela. Faure defende muito aqui a ideia do quanto o proletariado foi pego de surpresa e desprevenido pela

guerra e isso acabou impossibilitando que estes se organizassem, que fizessem um pacto além das fronteiras para evitar a guerra. Reitera que este conflito nunca foi desejado pela classe operária de nenhum país e defende que foi algo imposto pelos governantes aos proletários. É nesse sentido, refletindo sobre essa ausência de forças, energia e de uma organização prévia — fatores que impossibilitaram uma prevenção a guerra —, que Faure busca despertar no proletariado o dever de acabar com a guerra:

(...) O mais depressa possível e em condições tais que um regime de paz duradoura assegure, a cada nacionalidade, para o futuro, a sua independência, o respeito aos seus direitos, às suas liberdades e aos seus interesses. Este é o nosso dever, dever imperioso, indiscutível e sagrado. É necessário que no seio de cada nação os partidários da paz se afirmem, se agrupem, preconizando a santa cruzada, e se multipliquem até que hajam conseguido criar uma corrente de opinião contra a guerra. (*A Voz do Trabalhador*, 07/04/1915, p. 2).

Enquanto Faure reflete sobre o fato de o operariado não ter conseguido evitar a guerra, em outro artigo do jornal é abordado as possíveis causas desse conflito e o preceito da paz armada junto ao industrialismo moderno são destacados como os fatores que desencadearam a guerra. Então, o conflito é visto aqui como uma consequência direta desses fatores, os quais acabaram gerando rivalidades entre as nações no sentido de que as políticas da paz armada, por exemplo, defendiam a ideia de que a força e proteção de uma nação era equivalente ao seu arsenal de armamentos. Nesse sentido, a questão aqui é justamente esse desenrolar de coisas que vão acontecendo em cadeia, uma vez que nações armadas dentro de um contexto de expansão industrial, no qual se buscava, escoar a sua produção em países atrasados industrialmente, acabavam entrando em uma rivalidade de força e de conquista de novos mercados. Assim, nas nações em que a indústria já alcançou o seu máximo de produção, acontece a rivalidade de interesses comerciais. E, nessa rivalidade, cada nação se arma para não se subjugar a outra. Sob essa perspectiva, isso tudo contribui para a construção de um cenário bastante propício para o surgimento de conflitos como a guerra em questão. Em vista disso, o artigo, sem autoria, demonstra que o militarismo moderno tem sua origem nesse contexto, visto que:

O interesse comercial, portanto, - criando rivalidades de nação para nação, rivalidades que dão origem ao militarismo - é que é a causa primária do militarismo e de todas as guerras modernas, da guerra atual, inclusive. Não se deixe, pois, o povo enganar pelas belas palavras - a pátria, a liberdade, a honra nacional e outras que tais. (*A Voz do Trabalhador*, 01/05/1915, p. 2).

A questão da discussão do militarismo também está muito atrelada à crítica à

burguesia que o jornal faz. Inserida nesse contexto de concorrência e disputa por mercados consumidores, a burguesia visaria, dessa forma, apenas o lucro e “estender o seu domínio e a sua exploração sobre outros povos” (*A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p. 3). Logo, é nesse sentido que a burguesia também se torna responsável pela guerra, uma vez que são as suas ações de ganância que muitas vezes provocam os conflitos, sob os quais os trabalhadores se definham e sofrem as duras consequências desse processo mortífero.

Interessante também pontuar aqui um ponto bastante pertinente que o jornal traz: é o fato de que o proletariado era muitas vezes arrastado para a guerra por meio de um discurso ilusório em defesa da pátria, um discurso que o jornal entende como um pretexto usado para tentar entusiasmar os trabalhadores e causar um sentimento de rivalidade entre nações. Assim, entende-se que havia uma ilusão nesse discurso patriótico no sentido de que tal discurso era apenas uma maneira encontrada pela burguesia de arregimentar os trabalhadores e, dessa forma, enviá-los para morrer na guerra, em um conflito que visava uma conquista de novos territórios onde a burguesia pudesse recomeçar a sua exploração desenfreada. Dessa forma, a pátria defendida pela burguesia é uma ilusão, uma vez que “(...) a única e verdadeira pátria deles é o capital e o capital não tem pátria” (*A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p. 3).

Sobre essa concepção de pátria apresentada pelo jornal, podemos destacar, ainda, um outro ponto: o ponto irônico da civilização. No artigo “Contra a guerra e contra a pátria”, por exemplo, Zeferino Oliva, autor do artigo, coloca em questão um argumento bastante utilizado pela burguesia do “velho mundo” quando estes desejam se sentir superiores em seus discursos. Nesse sentido, o autor evidencia uma incoerência nesse discurso ao questionar o sentido de civilização adotado pelos governantes burgueses nos momentos em que desejam se engradecer perante as outras pessoas e demais nações. Assim, é agarrado a esse fio de questionamento que o autor nos faz refletir sobre a “civilidade” desse “velho mundo”, civilidade essa que mata, destrói e ocasiona apenas malefícios a todos. É com base nessas questões que o autor escreve as seguintes notas:

Positivamente, o atual conflito europeu é uma das maiores barbaridades que a burguesia dominante do velho mundo, considerado como civilizado... comete contra as preciosas vidas dos trabalhadores. Portanto, revolta todos os corações bem formados e fere todos os princípios de sentimentos de humanidade. Sim, porque a guerra é o sentimento coletivo de assassinato coletivo dos trabalhadores, que a burguesia pratica pela avidez de ganhos e com o intuito de entender o seu domínio e a sua exploração sobre outros povos (*A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p. 3).

Esse discurso de indignação perante a guerra também estava presente nos anúncios dos comícios realizados e nas moções aprovadas e publicadas no jornal. É interessante salientar que de acordo com o jornal, esses comícios e protestos aconteciam em todos os estados do Brasil onde existiam associações confederadas. Nesses anúncios dos comícios, existia o apelo para que as organizações operárias em geral participassem, ainda que não fossem confederadas à COB, e se esperava que os operários sempre tivessem bem clara a máxima internacionalista que dizia: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” (*A Voz do Trabalhador*, 05/09/1914, p. 1), como demonstra um anúncio na página 01 da edição de 20 de agosto de 1914:

A Confederação Operária Brasileira

em sua última reunião, a 17 do corrente, resolveu promover, para 13 de setembro próximo, comícios e sessões simultâneas de protesto contra a guerra, que deverão realizar-se por todos os Estados do Brasil onde existem associações confederadas.

Consonante a isso, as moções aprovadas e publicadas no jornal ilustravam esse sentimento de solidariedade e de crítica à guerra ao reconhecerem, em seu discurso, a burguesia como a responsável pela carnificina que se conflagrou na Europa. Era um discurso crítico, que enxergava os reais interesses gananciosos da burguesia e que ao mesmo tempo buscava despertar nos trabalhadores a coragem para poder enfrentar isso, como é o caso da moção do operariado baiano, que dizia o seguinte:

Os operários da Baía, reunidos em sessão pública na sede do Sindicato Operário de Ofícios Vários da Baía, à convite do mesmo, resolvem protestar contra a conflagração europeia, atendendo que no século XX atingiu a um nível elevado de civilização; nós trabalhadores não podemos nem devemos por princípio algum admitir que os nossos companheiros se trucidem uns aos outros numa carnificina inútil para os trabalhadores de todo o universo, só para satisfazer os caprichos e interesses da burguesia de testa coroadada e barrete frígido. (*A Voz do Trabalhador*, 01/10/1914, p. 1).

Outro exemplo de moção antiguerra publicada pelo jornal é o caso da moção aprovada pela Federação do Rio de Janeiro, num comício realizado na sua sede, dia 10 de agosto de 1914. Segue um trecho abaixo dessa moção:

Considerando que a humanidade, avassalada pela loucura sanguinária duma minoria de parasitas, atravessa um dos períodos mais críticos que a história humana tem registrado;

Considerando que a luta fratricida e humanicida que ora se trava no velho mundo é devida aos caprichos inconfessáveis dessa meia dúzia de especuladores dominantes, que, em proveita da sua dominação, pretendem levar ao sacrifício as classes laboriosas do mundo inteiro;

A Federação Operária do Rio de Janeiro resolveu convocar esta reunião de protesto, afim de deliberar, de acordo com as necessidades, sobre as medidas a serem tomadas ante os bárbaros acontecimentos atuais e mais uma vez, estreitar os laços de solidariedade que nos unem aos trabalhadores de todos os países, confraternizando com eles na grandiosa Internacional (*A Voz do Trabalhador*, 20/08/1914, p. 1).

O discurso antimilitarista continua visível em toda a parte do jornal, no entanto no artigo “O Sindicato e seus diversos aspectos” encontramos um elemento novo e interessante nessa crítica à guerra e que cabe ser destacado aqui neste tópico. Antes de tudo, vale ressaltar a informação de que esse artigo é resultado de uma conferência que foi realizada no Centro Galego por Zenon de Almeida, na ocasião do festival promovido pelo Sindicato dos Sapateiros. O texto, como todos os outros costumam fazer, apresenta em seu corpo um apelo para uma organização dos trabalhadores, com vistas a enfrentar a burguesia que se ocupa em oprimir a classe proletária. Contudo, o ponto interessante que aparece aqui é a importância de se destruir também o elemento religioso, que junto com o capital e o Estado, proporciona, na visão dos anarquistas, apenas injustiças e misérias. É com base nessa ideia que o artigo entende, então, a importância de se começar essa revolta pelo sindicato, pois só assim, diante dessa organização proposta, se terá uma humanidade:

Sem exército, sem canhões, sem fronteiras, sem barreiras, sem prisões, sem magistratura, sem polícia, sem lei e sem Deus, livre enfim intelectual e fisicamente, e os homens reconciliados consigo mesmo e com a natureza, poderão, em universal harmonia, extinguir a sua sede de justiça!

E a humanidade será feliz!

O homem livre sobre a terra livre poderá marchar sem empecilhos, de conquista em conquista, em proveito de todos, até as infinitas regiões da perfectibilidade moral e econômica.

A luta, pois; à organização! (*A Voz do Trabalhador*, 01/10/1914, p. 4).

A negação ao exército e aos canhões é um claro exemplo de que o posicionamento antimilitarista continua presente aqui. Mais interessante ainda, como vimos, é perceber que junto a isso existe nesse discurso o entendimento da importância do sindicato nessa organização, organismo considerado, então, fundamental nessa luta em prol de uma humanidade sem guerra, sem Deus e sem repressão e violência à classe trabalhadora.

Diante disso, tornam-se claras as visões e a posição que o jornal tem perante a Primeira Guerra Mundial. Com sua série de discursos críticos e reflexivos, o jornal organiza a sua crítica no sentido de reconhecer o quanto que a guerra é maléfica a todos e concentra a sua atenção na relação desse conflito com o proletariado: aquele que,

quando não é morto pela carnificina, é maltratado e violentado pelos efeitos dela, a qual é instaurada pelas ações de ganância da burguesia que possui como pátria apenas o seu lucro. Nesse sentido, o jornal vai além de simples exposições de notícias sobre a Grande Guerra, pois além de apresentá-las, mesmo com dificuldades em colher informações sobre o conflito por causa do monopólio burguês dos telegramas à época, o periódico traz em seu discurso uma criticidade que visa despertar no proletariado um movimento de solidariedade e de emancipação, apresentando, em suas linhas, o sindicalismo revolucionário como método de luta e de ação. Afinal, é na ação que se encontra o começo e o fim do sindicalismo revolucionário, congregando todos os proletários, independente de seus ideais políticos e religiosos, mas que juntos, na força da solidariedade, possam lutar pelo mesmo fim: emancipar-se.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

A análise desenvolvida nesta pesquisa demonstra que a imprensa operária, no período da Primeira República brasileira, foi de suma importância para a organização da classe trabalhadora. Diante do contexto da Primeira Guerra Mundial, foi visto que essa classe sofreu as duras consequências do conflito que se alastrou por todo o planeta, inclusive no Brasil. É nesse sentido que o jornal *A Voz do Trabalhador*, fruto do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, surge, então, como um importante veículo de comunicação e um instrumento de luta nesse momento tão conturbado e difícil. Desse modo, as concepções antimilitaristas dos anarquistas brasileiros que atuavam no referido jornal demonstram o papel internacionalista e estratégico dos libertários, que visavam despertar no proletariado uma ideia emancipatória, que passava, primeiro, por uma consciência de classe, a qual permitiria que o proletário, agindo em solidariedade, se enxergasse como participante de uma luta universal, uma luta que levaria a sua emancipação. Assim, essa pedagogia revolucionária encontrada no jornal, pretendia, sobretudo, que os trabalhadores se organizassem em uma luta que visava, por fim, uma emancipação não só dos trabalhadores, mas de toda a sociedade. Uma emancipação cujos ideais se baseavam na defesa de uma humanidade livre. Livre de Deus, dos aparelhos repressivos do Estado e de suas guerras.

FONTES UTILIZADAS

A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 1908-1909; 1913-1915.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BATALHA, Claudio Henrique de Moares. A Confederação Operária Brasileira e sua militância. In: Maques, Antonio José; Stampa, Inez Terezinha. (orgs.). *Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores - CUT, 2015, p. 71-89.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. “Eu não tenho mais pátria!”: a primeira guerra mundial à luz da propaganda libertária de Angelo Bandoni. *Revista Cantareira*, n. 34, p. 304-321, jan.-jun. 2021.

CORRÊA, Felipe. Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis. In: *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

CORRÊA, FELIPE. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (orgs.). *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. *Imprensa operária e educação nos inícios do século XX: o jornal A Voz do Trabalhador*. São Paulo: Alameda, 2020.

HALL, Michael M. A Confederação Operária Brasileira no centenário do seu Segundo. Congresso: 1913-2013. In: *Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores - CUT, 2015, p. 37-49.

HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LUCAS, Ricardo Jorge de Lucena. A imprensa anarquista no Brasil. *Revista de Comunicação Social*, Fortaleza (CE), v. 17, ns. 1/2, p. 99-115, jan./dez. 1987.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930). Vol. I – O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e Cultura Social: 1913-1922*, Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert S.A, 1972.

STRONGREN, F. F.; MACHADO, L. M. M.. Informar para mobilizar: o caso do jornal anarquista *A Plebe*. *Revista Extraprensa*, v. 12, n. 1, p. 27-49, 2018.

SANTOS, Kauan Willian dos. *Paz entre nós, guerra aos senhores: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas guerra social e a plebe na segunda década do século XX em São Paulo*. 2016. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016.

TOLEDO, Edilene. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. *Perseu: História, Memória e Política*, ano 7, n. 10, p. 11-31, dez. 2013.